



DISTRITO FEDERAL

CAMPANHA SALARIAL 2023 – Dissídio é a nossa opção para fechar a CCT



Foram meses de negociação sem dar um passo positivo, por parte do Sindicato Patronal, para encerrarmos a Campanha Salarial 2023. Ficou claro que os patrões não queriam ceder nas cláusulas que consideramos inegociáveis e em todas as reuniões, deixamos isto bem claro, respaldados na vontade dos vigilantes.

Na mediação no Ministério Público, realizada dia 09 de março de 2023, as negociações foram frustradas, mais uma vez, com a insistência e intransigência patronal em mexer nas cláusulas que tratam do trabalho intermitente, do plano de saúde, do seguro de vida, da homologação, entre outras que são muito importantes e essenciais para a nossa categoria.

Diante disso, está marcada audiência de encerramento no TRT 10, dia 22 de março de

2023, às 14 horas. Se os patrões não chegarem com a proposta de cláusulas da CCT sem qualquer alteração, mantendo como estão e reajuste pelo INPC em todas as cláusulas econômicas: salário, tíquete, plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida, entre outras, vamos levar a decisão dos vigilantes, manifestada na Assembleia Geral do dia 15 de março de 2023, de pedir a instauração do Dissídio Coletivo, que não depende da vontade patronal.

Fiquem atentos, no dia 23 de março de 2023, informaremos à categoria o resultado das negociações no TRT 10.

Queremos lembrar aos vigilantes que somente com mobilização e luta avançaremos em nossa Campanha Salarial 2023. Fiquem mobilizados e preparados, pois nossa luta é nas ruas e não nas redes sociais. Contamos com a sua coragem e disposição de luta, que é uma característica dos vigilantes do DF e por isso, são admirados e respeitados em todo o Brasil.

FONTE: SINDESV/DF



A VOZ DOS VIGILANTES



BOLETIM DIGITAL DO SINDICATO DOS VIGILANTES DE ALAGOAS

Maceió - MARÇO/2023 - Edição nº 09

Filiado à CUT - CNTV/PS - FIVABS - DIEESE

Facebook: Sindvigilantes Alagoas Twitter: @Sindvigilantes Instagram: @sindvigilantesal (082) 9 8207- 8257



VIGILANTES DO TRANSPORTE DE VALORES REJEITAM PROPOSTA PATRONAL DE REAJUSTE

Vigilantes do Transporte de Valores das empresas PROSEGUR, PRESERVE, TBFORTE e BRINKS se reuniram em Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta quarta-feira, dia 15 de março, às 19h30, para analisar a proposta patronal de reajuste salarial, reajuste dos tíquetes alimentação e outras cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho.

Na ocasião, os trabalhadores recusaram, por unanimidade, a proposta patronal de reajuste do INPC de 5,93% para salários e tíquetes alimentação e **mantiveram a proposta inicial de 5,93% do INPC + 3% de ganho real, mantendo as mesmas cláusulas da Convenção Coletiva anterior.** Os trabalhadores consideraram também a possibilidade de mobilização na porta das empresas caso não haja acordo.

QUEM NÃO LUTA PELOS SEUS DIREITOS NÃO É DIGNOS DELES!

INFORME DO SINDVIGILANTES/AL, PARA OS VIGILANTES DA EMPRESA LEAL SEGURANÇA. PROCESSO DA AÇÃO CIVIL COLETIVA REFERENTE AS HORAS EXTRAS DO CURSO DE RECICLAGEM

Autor: SINDVIGILANTES/AL

Réu: LEAL SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME



O sindicato dos vigilantes de Alagoas, convoca os vigilantes da empresa LEAL SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME, relacionados abaixo, para comparecerem na sede do sindicato, Localizado na Rua - General Hermes, 371, Centro Maceió, Alagoas, Telefones: 82-3223-3962/3223-3379, a partir do dia 20 de março/2023, segunda feira, para tratar de assuntos referentes ao processo da Ação Civil Coletiva. (HORAS EXTRAS DA RECICLAGEM).

Ao dirigir-se ao Sindicato, os vigilantes precisam levar os seguintes documentos originais: RG, CPF, COMPROVANTE DE ENDEREÇO ATUAL, e CARTÃO DA CONTA BANCARIA. Obs. (Não pode ser PIX e nem conta de terceiros).

QUEM NÃO LUTA PELOS SEUS DIREITOS, NÃO É DIGNO DELES.

MACEIÓ-AL, 16/03/2023

À DIRETORIA.

SEGUE A RELAÇÃO DOS VIGILANTES

Nome Completo

- 01 ANTONIO ROBERTO SOBRINHO
- 02 MANOEL BEZERRA DE LIMA
- 03 MARCELO GOMES DA SILVA
- 04 JOSÉ APARECIDO SANTOS SILVA
- 05 WESCLEY SANCHES BEZERRA DA SILVA
- 06 EUVALDO CARDOSO DE LIMA
- 07 JÁRIO VALTER DO NASCIMENTO
- 08 CLENILTON RODRIGUES DA SILVA
- 09 GILVANIR DA SILVA NOVAES
- 10 JOSÉ BONIFACIO PEREIRA
- 11 GIVALDO ALVES LOPES
- 12 JOSÉ NEUTON DE ALBUQUERQUE
- 13 ROZANGELO DE JESUS
- 14 FLÁVIO ALMEIDA CAVALCANTE
- 15 JOSÉ FERNANDES GONÇALVES DE MELO
- 16 REGINALDO VENTURA FERNANDES
- 17 EDSON PEREIRA DE SOUZA
- 18 AMERICO PEREIDA DA SILVA
- 19 DOUGLIANO DA ROCH ALENCAR
- 20 JOSÉ LIMA DOS ANJOS
- 21 JOSÉ MÁRIO MARIANO DE SOUZA
- 22 LUCIANO TEIXEIRA DA SILV
- 23 LUCIANO SANTOS DA SILVA
- 24 JOSÉ EVERALDO DA SILVA
- 25 EDILSON GOMES DA SILVA
- 26 ROSIVALDO FARIAS XAVIER
- 27 DÉLIO ALVES DE ARAÚJO

FONTE: SINDVIGILANTE ALAGOAS

URGENTE: PATRÕES QUEREM IMPOR CLÁUSULAS NOVAS E SINDICATO CONVOCA ASSEMBLEIAS



A entidade patronal (Sindesp) quer colocar contra a parede o Sindivigilantes do Sul e os sindicatos de Pelotas, São Leopoldo e Uruguaiana, que fazem campanha salarial unificada, justamente porque são sindicatos combativos, que não aceitam cláusulas que não foram negociadas e também não foram aprovadas pela categoria nas assembleias passadas.

Tinha ficado bem claro que os sindicatos aceitavam a proposta de reajuste de 6,73%, mas que as demais cláusulas deveriam ficar como estavam na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) passada, sem modificação alguma, conforme a decisão das assembleias.

Porém, os patrões tentam, de todas as maneiras, enxertar na convenção novas cláusulas, que são absurdas. Não abrem mão delas e ontem (15) romperam a negociação, viraram a mesa!

Anunciaram, inclusive, como retaliação, o corte dos repasses das mensalidades dos sócios, convênios e cotas dos nossos sindicatos. Mas nossos sindicatos não se entregam e não irão aceitar o que as empresas querem enfiar goela abaixo na categoria.

Assembleias na capital e interior

Por isso, estão sendo convocadas novas assembleias da categoria (veja no final), na capital e interior, para apresentação e discussão desta situação. Uma das possibilidades é a declaração de estado de greve da categoria.

Entre outras coisas, as empresas não querem pagar o aviso prévio para os vigilantes que permanecerem no posto, quando houver troca da empresa. Querem que o sindicato peça licença ao Sindesp para ingressar com ações judiciais contra os maus patrões e, também, pretendem criar dificuldades para a aplicação de multa quando uma empresa não cumprir a CCT. Fora outros temas que conseguimos afastar na mesa de negociação.

“Não estava previsto nada disso quando negociamos o reajuste, estão tentando passar essas cláusulas, sem fundamento, de contrabando, para cortar mais direitos do trabalhador, mas nós não vamos aceitar e vamos levar para a categoria decidir o que fazer, provavelmente vamos entrar em estado de greve, se for preciso”, afirmou o presidente do Sindivigilantes, Loreni Dias.

Outra possibilidade, segundo ele, é a negociação direta com as empresas para a promoção de acordos coletivos, em separado, com aquelas que aceitarem o índice de reajuste de 6,7% e a manutenção das mesmas cláusulas da CCT passada.

“Tem empresas que estão quebrando e querem descontar seus problemas em cima do vigilante, rasgando os direitos do trabalhador

para aumentarem seus lucros, isso é inaceitável”, acrescentou Dias.

Os pelegos de sempre já assinaram convenções. Certamente o Ministério Público do trabalho deve estar atento ao que eles estão assinando. Aliás, nos últimos anos virou moda o ajuizamento de ações pelo MPT, justamente porque não aceita algumas cláusulas que a patronal insiste em manter.

Como em outros anos, os patrões do Sindesp apresentam a desculpa de que outros 12 sindicatos já assinaram a convenção coletiva do jeito que as empresas querem. Se assinaram, os trabalhadores certamente irão cobrar a conta destes dirigentes. Os pelegos já são bem conhecidos, não é Federação dos Vigilantes?

O que mais poderíamos esperar daqueles que, num passado recente, já assinaram até acordo zerado, sem aumento nenhum dos salários dos trabalhadores?

“Nós duvidamos que esses sindicatos, que os patrões tanto gostam, tenham avisado os vigilantes da sua base sobre as perdas que vão ter com isso que assinaram. Mais uma vez a pelegada deve explicações à categoria”, disse o presidente Dias.

Para quem é ingênuo de acreditar em amigo do patrão, cabe esclarecer que a atual diretoria tem total legitimidade para negociar e assinar normas coletivas. E para os desavisados ou maldosos de plantão, nossa direção já tomou posse e está devidamente registrada no Ministério do Trabalho (CNPJ 91.343.293/0001-65), para o mandato de 22/02/2023 a 21/02/2027.

O resto é choro de quem está acostumado a perder eleição. São os perdedores de sempre, dizendo as bobagens de sempre.

Vigilantes, não percam tempo com pelegos que não merece crédito nenhum. Não percam tempo com os solidários com os patrões.

O nosso sindicato segue firme na defesa intransigente dos interesses da categoria. Aumento já, nenhum direito a menos!

Assembleias (edital será publicado amanhã):

Camaquã – dia 23/03/2023

Local: Rua João Brandão, 88 – Bairro São José.

Horário: primeira chamada às 19h e segunda chamada às 19h30.

Porto Alegre – dia 23/03/2023

Local: Sindicato dos Ferroviários, Rua Voluntários da Pátria, nº 595 sala 505 Bairro: Centro, Porto Alegre, RS.

Horários: Pela manhã, às 08h e em segunda chamada, às 08h30. À noite, primeira chamada às 20h e segunda chamada às 20h30.

Charqueadas – dia 28/03/2023

Local: Rua José Athanásio, nº 836-952, Bairro Cruz de Malta.

Horário: primeira chamada às 19h e segunda chamada às 19h30.

Santo Augusto – dia 28/03/2023

Local: Galpão Crioulo do Horácio – Rua: Mal. Candido Rondon, nº 100 Bairro São João.

Horário: primeira chamada às 19h e segunda chamada, às 19h30.

Horizontina – dia 29/03/2023

Local: Associação dos Metalúrgicos de Horizontina, RS 342, KM 20.

Horário: primeira chamada às 19h e segunda chamada às 19h30.

São Luiz Gonzaga – dia 30/03/2023

Local: Sindicato dos Bancários – Rua: Dr. Bento Soeiro de Souza, nº 2780 Bairro Centro.

Horário: primeira chamada às 19h e segunda chamada às 19h30.

Santo Angelo/RS, dia 31/03/2023

Local: Sindicato dos Bancários – Rua: dos Andradas, nº 1161.

Horário: primeira chamada às 19h e segunda chamada às 19h30

Sua presença é muito importante, participe!

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

VIGILANTES DE TRANSPORTE DE VALORES DE SERGIPE REJEITAM PROPOSTA PATRONAL EM ASSEMBLEIA DA CATEGORIA



Os vigilantes de Transporte de Valores do Estado de Sergipe estiveram reunidos ontem, 15/03, em ASSEMBELIA GERAL EXTRAORDINÁRIA da categoria para deliberarem a respeito da proposta patronal, que na verdade trata-se de uma verdadeira afronta para os trabalhadores, um verdadeiro atentado aos direitos dos trabalhadores de Transporte de Valores.

Os trabalhadores presentes REJEITARAM a proposta e seguem mobilizados e vão aguardar as mediações junto ao Ministério Público do Trabalho.

O SINDIVIGILANTE SERGIPE seguirá empenhado e mobilizado para seguir lutando pela manutenção dos direitos e reajustes justos para os trabalhadores.

Fonte: ASCOM/SINDIVIGILANTE-SE

16/03/2023



Liberdade
Edson Gomes



Vigilantes da Bahia fazem manifestação contra redução de salário



Dirigentes do Sindmetropolitano/BA e Sindvigilantes Bahia

No dia de ontem, 16 de março, os Sindicatos dos vigilantes da Bahia, fizeram manifestação em frente à Superintendência do Banco do Brasil no Estado.

Além das más condições de trabalho, estavam denunciando a redução salarial dos trabalhadores.

O Banco do Brasil firmou contrato com postos de trabalho de 6 horas por dia e 30 horas semanais, trazendo prejuízo na remuneração dos vigilantes, fazendo com que a remuneração chegasse a uma média de R\$ 980,00.

O Superintendente do Banco, senhor Eduardo, recebeu os trabalhadores e se colocou a disposição para ajudar a intermediar este conflito.

“Estamos no aguardo. Também estamos aguardando uma audiência com a direção

nacional do Banco do Brasil para debater este assunto. Não aceitaremos nenhum direito a menos”. Disse Geraldo Cruz, diretor do Sindmetropolitano/BA.

FONTE: CNTV



Geraldo Cruz, diretor do Sindmetropolitano/BA

Senado aprova MP do Programa de Enfrentamento ao Assédio Sexual



A senadora Teresa Leitão foi a relatora da medida provisória no Senado
Jefferson Rudy/Agência Senado

O Plenário do Senado aprovou, nesta quarta-feira (15), a medida provisória que instituiu o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual, à Violência Sexual e aos demais Crimes contra a Dignidade Sexual no âmbito da administração pública (MP 1.140/2022). Aprovada na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 2/2023 e relatada pela senadora Teresa Leitão (PT-PE), a matéria segue agora para a sanção da Presidência da República.

A MP foi editada no governo anterior, mas as negociações na Câmara dos Deputados envolveram representantes dos partidos ligados à atual gestão federal. A senadora Teresa Leitão elogiou a natureza da MP e as modificações promovidas pelos deputados. Para ela, a iniciativa de combater o assédio sexual é sempre louvável e desejável.

— A MP apresenta uma política pública voltada para a divulgação de informações, capacitação de profissionais para atuar na área e realização de campanhas conscientizadoras sobre as mais diversas formas de assédio sexual e suas consequências no desenvolvimento de crianças e adolescentes — afirmou a relatora.

Medidas

Inicialmente, a MP abrangia apenas o sistema de ensino. Mas durante a tramitação da matéria na Câmara dos Deputados, sua abrangência foi estendida a toda a administração pública direta e indireta, federal, estadual, distrital

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

e municipal. Em seu relatório, Teresa Leitão destacou que dados da Controladoria Geral da União (CGU) apontam que dois em cada três processos de investigação por assédio sexual na administração pública federal, entre 2008 e 2022, terminaram sem nenhuma punição.

— Tal quadro demonstra a necessidade de ampliar a atuação do Programa de Enfrentamento ao Assédio Sexual para outros espaços da administração, além das escolas e universidades — ponderou a relatora.

Outra mudança foi abranger os demais crimes de natureza sexual e não apenas o assédio, como previa o texto inicial da MP. Assim, o texto passa a alcançar outros crimes sexuais, como a importunação e o estupro. Todos os órgãos e entidades envolvidos deverão elaborar ações e estratégias destinadas à prevenção e ao enfrentamento do assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual, e de todas as formas de violência sexual.

Quanto ao ambiente escolar, estabeleceu-se que para as duas primeiras etapas — educação infantil e ensino fundamental — o programa será restrito à formação continuada dos profissionais de educação. O Poder Executivo deverá monitorar o desenvolvimento do programa, para subsidiar o planejamento de ações futuras e a análise da consecução dos seus objetivos e suas diretrizes. A aplicação do programa às instituições privadas, que prestam serviços públicos por meio de concessão, permissão, autorização, ou delegação, deverá ser regulamentada.

Base

A caracterização dos casos de violência sexual terá como base o Código Penal (DL 2.848, de 1940), a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006) e a Lei 13.431, de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de atos violentos.

Fonte: Agência Senado

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF